

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Concurso Público

Ingresso na Titularidade dos Serviços Notariais e de Registro do Foro Extrajudicial do Estado de Mato Grosso

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

Aplicação: 30/11/2005



MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **oitenta** questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de **1 a 80**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

Nas questões de 1 a 80, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

Texto para as questões de 1 a 3

1 Direito e ciência política há séculos avançam lado a lado, embora nem sempre se encontrem e muitas vezes avancem independentes entre si. Poderíamos começar esta
4 história paralela a partir de duas obras fundamentais de Platão, **As Leis** e **A República**, que podem ser exemplarmente consideradas — a primeira, uma obra sobre
7 direito; a segunda, sobre política — completando-se reciprocamente, ainda que partam de planos distintos. Entre as obras mais conhecidas de Cícero, uma intitula-se
10 **De Legibus**, a outra, **De Republica**. Ao longo da história do pensamento político, alternam-se obras sobre as leis que regulam os Estados, hoje diríamos dedicadas ao direito
13 público, obras sobre o governo e suas diversas formas históricas, e outras mais, nas quais o aspecto jurídico e o aspecto político são mostrados conjuntamente.

16 Tendo cultivado alternadamente estudos jurídicos e estudos políticos e tendo ensinado tanto a filosofia do direito quanto a filosofia e a ciência política em meus textos sobre
19 democracia, sua história, seus limites e seus possíveis desdobramentos, procurei dar conta dos resultados alcançados tanto pelos juristas quanto pelos estudiosos da política em
22 relação aos principais temas e problemas levantados pelo governo dos regimes democráticos.

Norberto Bobbio. **O tempo da memória: de senectute e outros escritos autobiográficos**. Daniela Versiani (Trad.). Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 154-5 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Depreende-se da leitura do texto que

- A os saberes a respeito da política e dos sistemas jurídicos deveriam compor uma única ciência.
- B há, entre a ciência jurídica e a política, mais pontos em comum do que divergências.
- C são diferentes os objetos de estudo do direito e da ciência política, mas há relação de complementaridade na construção do conhecimento dessas ciências.
- D o dado cronológico referente às duas obras de Platão citadas no texto confirma que o estabelecimento de um governo republicano requer a prévia implementação de um sistema jurídico adequado.

QUESTÃO 2

Assinale a opção que apresenta afirmativa **incorreta** a respeito de aspectos gramaticais do texto.

- A Considerando-se a referência da expressão “esta história paralela” (l.3-4), o adjetivo “paralela” não pode ser interpretado em seu sentido denotativo — relativo a atribuições geométricas — porque tal sentido prejudica a coerência textual.
- B As expressões “a primeira” (l.6) e “a segunda” (l.7) poderiam ser, respectivamente, substituídas por **aquela** e **esta**.
- C Mantendo-se a coerência textual, o segundo parágrafo poderia ser assim iniciado: Conquanto tenha cultivado.
- D Na linha 19, os pronomes possessivos referem-se a “democracia”.

QUESTÃO 3

O texto permaneceria gramaticalmente correto caso se substituísse o fragmento

- A “Direito e ciência política há séculos avançam” (l.1) por: Fazem séculos que o direito e a ciência política avançam.
- B “avançam lado a lado” (l.1-2) por: vem se desenvolvendo paralelamente.
- C “e muitas vezes avancem independentes” (l.2-3) por: e avancem frequentemente, autônomos.
- D “nas quais o aspecto jurídico e o aspecto político são mostrados” (l.14-15) por: em que os aspectos jurídico e político são mostrados.

QUESTÃO 4

Assinale a opção em que foram atendidas plenamente as regras de pontuação e de construção do período.

- A Embora nem sempre se encontrem e, muitas vezes, avancem independentes entre si, direito e ciência política, há séculos, avançam lado a lado.
- B Há séculos, avançam, direito e ciência política, lado a lado; embora nem sempre se encontrem, e avancem muitas vezes, independentes entre si.
- C Avançam, há séculos, direito e ciência política, lado a lado, nem sempre se encontrando contudo, e muitas vezes, independentes entre si, avançam.
- D Apesar de avançarem independentes entre si, muitas vezes, se encontram direito e ciência política, que há séculos, avançam lado a lado.

Texto para as questões de 5 a 8

1 Contra a objeção de que a definição da democracia
processual, que se relaciona com a estrutura jurídica do
Estado democrático, é indiferente aos valores, é necessário
4 insistir na consideração de que o fim principal dessas regras
é tornar possível a solução dos conflitos sociais mediante um
contrato entre as partes e, quando o contrato não tem êxito,
7 mediante voto de maioria, excluindo o recurso da violência.
Em poucas palavras, a democracia pode ser definida como
o sistema de regras que permitem a instauração e o
10 desenvolvimento de uma convivência pacífica. Por ocasião da
morte de Popper, lembrei-me de sua bem conhecida distinção
entre duas formas opostas de governo, aquela na qual existem
13 regras que permitem que nos desembaracemos de nossos
governantes sem derramamento de sangue, por meio de
eleições livres, e aquelas em que dos governantes não
16 podemos nos desembaraçar a não ser por meio de uma
revolução, o que significa que, na maior parte das vezes, não
podemos nos desembaraçar deles. Por essas razões, uma
19 sociedade democrática pode suportar a violência criminal,
embora dentro de certos limites. Não pode, no entanto,
suportar a violência política.

22 Naturalmente, uma coisa são as regras, outra, a sua
regular aplicação. A sua aplicação não pode ser garantida, a
não ser com a formação de poderes que garantam ao máximo
25 a sua observância. O ponto de vista jurídico não pode deixar
de se integrar ao ponto de vista propriamente político.

Idem, ibidem, p. 156-7 (com adaptações).

QUESTÃO 5

Assinale a opção cuja assertiva está de acordo com as idéias defendidas pelo autor do texto.

- A Um dos tipos de democracia processual é aquele em que existe relação entre o modelo político e o sistema de leis que o fundamentam.
- B As leis do sistema democrático processual agregam valores que possibilitam tanto que os conflitos sociais sejam mantidos sem a ocorrência de permanente belicosidade entre os cidadãos quanto que os cidadãos escolham seu governante.
- C Como, em um sistema democrático, a revolução armada é mais rara, prevalecem, no mundo, os regimes autoritários, em que os cidadãos estão submetidos à violência política praticada por seu governante.
- D A aplicação das leis, em um Estado democrático, prescinde da organização política dos poderes para que sejam excluídas situações de violência política e seja controlada a violência criminal.

QUESTÃO 6

Assinale a opção **incorreta** a respeito dos aspectos gramaticais do texto.

- A Na linha 2, poderia ser empregada a preposição **a** no lugar de “com”. Caso fosse feita essa substituição, seria obrigatório o emprego do acento indicativo de crase.
- B O trecho “é necessário (...) regras” (ℓ.3-4) poderia constar de um memorando expresso da seguinte forma, na qual se mantém a correção gramatical: é necessário a insistência em considerar que a principal finalidade destas regras.
- C Imprime-se mais rigor gramatical ao texto, se a oração “quando o contrato não tem êxito” (ℓ.6) for assim reescrita: **caso não se obtenha êxito com o contrato**.
- D Se o texto fizesse parte de uma comunicação oficial, para se atender plenamente à prescrição gramatical, seria necessário substituir a forma verbal “excluindo” (ℓ.7) por **excluindo-se**.

QUESTÃO 7

Considerando as regras sintáticas de construção do período, assinale a opção correta.

- A Tal como o substantivo “objeção” (ℓ.1), o verbo **objetar** exige complemento introduzido pela preposição **de**, como, por exemplo, na seguinte frase: Os críticos objetaram de que a definição de democracia processual é indiferente aos valores.
- B Considerado o contexto sintático, é facultativo, na linha 6, o emprego da vírgula após o conector “e”.
- C Mantendo-se a correção gramatical, o segundo período do texto assim poderia ser iniciado: Resumidamente, trata-se a democracia de um sistema de regras que (...).
- D O penúltimo período do texto poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Garante-se a aplicação das regras desde que se formem poderes que assegurem o cumprimento delas.

QUESTÃO 8

Contraria as regras de concordância verbal a substituição de

- A “permitem” (ℓ.9) por **permite**.
- B “lembrei-me de” (ℓ.11) por **lembrou-me**.
- C “existem” (ℓ.12) por **há**.
- D “Não pode” (ℓ.20) por **Não podem**.

QUESTÃO 9

Maria e sua família residem em um imóvel adquirido de José, por meio de contrato particular de compromisso de compra e venda, em 30/1/2003. O instrumento de alienação não foi levado a registro no cartório imobiliário. No entanto, para garantia do negócio, José outorgou à adquirente uma procuração por instrumento público com poderes irrenunciáveis e irrevogáveis para, em nome do outorgante, transferir a propriedade do imóvel alienado. Posteriormente, o bem adquirido por Maria foi penhorado em sede de execução fiscal proposta em meados do ano passado contra aquele que lhe havia alienado o imóvel.

Acerca da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A A promessa de compra e venda é hábil a transferir o domínio do bem imóvel, por ser um direito real oponível contra terceiros.
- B O negócio jurídico entabulado entre Maria e José é ineficaz em face da credora, por caracterizar fraude à execução, pois em sede de execução fiscal não há exigência do registro da penhora, sendo suficiente a existência de dívida inscrita para presumir fraudulenta a alienação de bens de sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública.
- C Maria poderá opor embargos de terceiro visando excluir a penhora que recaiu sobre o bem imóvel que adquiriu de José.
- D Não tem validade jurídica a cláusula inserta na procuração por instrumento público com poderes irrenunciáveis e irrevogáveis para, em nome dos outorgantes, transferir a propriedade à embargante, por simular uma cessão de direitos, em face da amplitude dos poderes que lhe foram conferidos notadamente que, não obstante ser aparentemente um mandatário, é o efetivo dono da coisa, e o mandante age em seu próprio interesse.

QUESTÃO 10

Com relação a sentença, assinale a opção correta.

- A Ao proferir a sentença, deve o juiz se pronunciar explicitamente sobre todos os temas controvertidos da causa e responder, ponto a ponto, todas as alegações das partes, mesmo quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão.
- B A decisão *citra petita*, porque omissa, pode ser complementada por força da interposição de embargos de declaração pelo juiz prolator da mesma ou, em grau de recurso, o tribunal *ad quem* decidirá o pedido sobre o qual a sentença tenha se omitido, entregando-se, assim, a efetiva prestação jurisdicional pedida pelos litigantes.
- C Após a publicação da sentença, o juiz entrega a prestação jurisdicional pedida pelo autor, cessando a função jurisdicional. Em consequência, o juiz não pode praticar qualquer ato processual e nem alterar a sentença mesmo que seja para corrigir erro material. Ocorre, assim, a preclusão para o juiz e a decisão proferida só poderá ser modificada pela instância superior.
- D Na sentença constitutiva, a decisão judicial opera com plena eficácia após transitada em julgado, fazendo prescindir qualquer outra atividade jurisdicional complementar.

QUESTÃO 11

Com referência a ato citatório, assinale a opção correta.

- A A citação válida, por colocar o devedor em mora, provoca a incidência de juros legais desde sua consumação, e isto se dá, nas dívidas expressas em dinheiro, mesmo sem pedido do devedor.
- B Um dos efeitos da citação é a interrupção da prescrição. Assim, realizada a citação, ainda que ordenada por juiz incompetente, ou mesmo quando o ato processual padeça de alguma irregularidade, há o efeito interruptivo da prescrição que retroagirá à data da propositura da ação.
- C Considere a seguinte situação hipotética. Efetuada a citação de uma pessoa incapaz, pelo correio, para responder ação de execução de sentença, o seu representante legal compareceu a juízo e ofereceu defesa. Em seguida, o Ministério Público foi intimado e manifestou desinteresse na causa. Nessa situação, a nulidade decorrente da citação se convalidou por não ter sido alegada, devendo o processo ter regular seguimento.
- D Não será decretada a nulidade da citação por edital, caso esta tenha conseguido a sua finalidade, mesmo quando o autor alegar falsamente que desconhecia o paradeiro do réu.

QUESTÃO 12

Acerca de mandado de segurança, assinale a opção correta.

- A Contra a decisão denegatória de liminar em mandado de segurança impetrado perante tribunal de justiça, cabe agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça.
- B A sentença concessiva de mandado de segurança que assegurou o direito de reajuste salarial de determinada categoria de servidores públicos não pode ser executada provisoriamente.
- C O terceiro prejudicado por ato judicial não poderá impugná-lo por mandado de segurança, caso não tenha interposto o recurso cabível contra a decisão que o prejudicou e atingiu seus direitos.
- D Compete ao tribunal de justiça julgar mandado de segurança contra ato de juiz de direito do juzizado especial.

QUESTÃO 13

A respeito da resposta do réu, assinale a opção correta.

- A Caso a incompetência do juízo, absoluta ou relativa, não seja alegada como preliminar na contestação, ocorre a chamada prorrogação de competência.
- B Ocorrendo a conexão de ações, desde que o réu tenha requerido, o juiz ordenará a reunião das ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas na mesma sentença, evitando-se, assim, decisões conflitantes.
- C Se o réu comparecer e alegar apenas a inexistência ou a invalidade da citação, será concedido novo prazo para o réu deduzir o restante da defesa, caso a alegação não seja acolhida.
- D Em obediência ao princípio da concentração das defesas, o réu deve alegar na contestação toda a matéria de defesa, exceto aquelas que devem ser veiculadas por meio de exceção, ainda que uma somente possa ser acolhida se outra for rejeitada.

QUESTÃO 14

Assinale a opção correta.

- A Suponha que tenha sido proposta ação ordinária perante a justiça estadual e, logo após, outra que lhe é conexas na justiça federal. Nessa situação, considerando a exigência legal da reunião dos processos, a ação proposta na justiça estadual deverá ser remetida ao juiz federal, para que as ações conexas sejam processadas conjuntamente.
- B Considere que tenha sido entabulado um negócio jurídico por meio do qual José tornou-se credor de João assinando um nota promissória no valor de R\$ 5.000,00 e comprometendo-se a pagar, em dinheiro, o valor dos juros e da correção monetária por ocasião do pagamento. Vencida a obrigação, o credor recusou-se a receber o pagamento de R\$ 5.000,00, alegando que a quantia oferecida pelo devedor não correspondia ao seu débito. Nessa situação, se o devedor ajuizar ação de consignação em pagamento, não poderá o credor, munido de título executivo, propor ação de execução para receber o seu crédito, por existir identidade da relação jurídica material, configurando no caso litispendência.
- C Se for proposta ação de manutenção de posse contra um espólio, representado pela viúva do *de cuius* e o autor provar que não foi instaurado o processo de inventário e partilha, que os filhos são maiores e capazes e que residem em outra comarca, então, a ação deverá ser extinta por ilegitimidade passiva.
- D Se no curso de uma ação ocorrer o falecimento da parte autora, o processo não poderá prosseguir enquanto não houver a habilitação de seus sucessores.

QUESTÃO 15

Francisco ajuizou ação de manutenção de posse contra Marcos, alegando que, por intermédio de instrumento particular de compromisso de compra e venda, comprometeu-se a adquirir do réu um imóvel, em 48 prestações mensais. O adquirente tomou posse do terreno e deu prosseguimento à construção do imóvel residencial ali existente. No entanto, o réu praticou atos de turbação à posse do autor, invadindo a propriedade, ali realizando serviços e fechando a casa com novas chaves e cadeados.

Contestando a ação, o réu provou que Francisco tornou-se inadimplente há mais de um ano. Alegou que foi atribuída ao autor apenas a posse precária do imóvel, continuando o réu com a posse plena.

Após a juntada aos autos da contestação, mas ainda dentro do prazo legal, o réu apresentou reconvenção, na qual requereu a rescisão da promessa de venda e a reintegração na posse do imóvel.

Diante da situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta.

- A A reconvenção apresentada por Marcos deverá ser julgada procedente, para declarar a rescisão do instrumento particular de venda e compra e determinar a expedição, em favor do réu-reconvinte, do mandado de reintegração de posse do imóvel.
- B Se ficar provada a culpa do comprador pela rescisão do contrato de compra e venda, este não será ressarcido dos gastos que efetuou na complementação da construção e não tem o direito de retenção do imóvel.
- C O possuidor direto na condição de promitente-comprador de imóvel, desde que atendidas as demais exigências legais, poderá adquirir a propriedade do bem por usucapião, uma vez que é possível a transformação do caráter originário da posse.
- D O réu não poderá reconvir a ação de manutenção de posse contra si proposta, pois o proprietário que pretender reaver a posse do bem deverá manejar ação reivindicatória.

QUESTÃO 16

Acerca da evicção e dos vícios redibitórios, assinale a opção correta.

- A O direito de demandar pela evicção supõe a perda da coisa adquirida por sentença judicial, que condene o alienante a indenizar o evicto, na quantia correspondente à devolução do que pagou, corrigido monetariamente.
- B A deterioração da coisa, em poder do adquirente, não afasta a responsabilidade do alienante, que responderá por evicção total, exceto se o adquirente agiu dolosamente e provocou a deterioração do bem.
- C O adquirente de bem em hasta pública não tem a garantia da evicção, pois a natureza processual da arrematação afasta a natureza negocial da compra e venda.
- D Poderá o adquirente, alegando vício redibitório, rescindir o contrato ou reclamar o abatimento no preço, quando constatar que a coisa adquirida não é o que pretendeu comprar.

QUESTÃO 17

Com relação ao direito de família, assinale a opção correta.

- A Maria, casada em regime de comunhão parcial de bens, na constância do casamento adquiriu um imóvel rural com o produto auferido mediante a alienação do patrimônio herdado de seu pai. Nessa situação, sobrevivendo a separação do casal, o imóvel adquirido por Maria não se inclui na comunhão e não será objeto de partilha, por ser bem particular de um dos cônjuges.
- B O casamento religioso celebrado com as formalidades da lei civil deverá ser registrado no cartório competente, no prazo de até 90 dias. Findo esse prazo, não mais será possível o registro.
- C São parentes em linha colateral as pessoas que, tendo tronco comum, não descendem umas das outras. Assim, os irmãos são parentes colaterais em primeiro grau.
- D Na hipótese de ser declarada a nulidade do casamento e reconhecida a má-fé de ambos os cônjuges, ainda que não seja adotado o regime legal, a partilha dos bens adquiridos durante o casamento serão partilhados 50% para cada um dos cônjuges.

QUESTÃO 18

Ainda acerca do direito de família, assinale a opção correta.

- A O bem de família oferecido em garantia hipotecária de determinado contrato perde o privilégio da impenhorabilidade para a execução de outras dívidas.
- B O credor de alimentos pode pleitear alimentos complementares ao parente de outra classe se o mais próximo não estiver em condições de suportar totalmente o encargo.
- C Para que seja reconhecida a impenhorabilidade do bem de família é necessária a prova de que o imóvel em que reside a família do devedor é o único imóvel de propriedade do devedor.
- D O exercício da curatela, tal como da tutela, pode ser compartilhado por duas pessoas, desde que sejam casadas, ou que tenham residência comum.

QUESTÃO 19

Quanto à responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- A Em se tratando de condenação à indenização oriunda de acidente entre veículos, por se cuidar de responsabilidade extracontratual, sobre as quantias a serem indenizadas incidem os juros de mora, a contar da data da citação.
- B Considere a hipótese de desabamento da marquise de um prédio construído há 10 anos, provocado por defeito de construção, causando a morte de uma transeunte. Nessa situação, será excluída a responsabilidade do dono da coisa, porque o desabamento ocorreu por caso fortuito.
- C Caso ocorra o furto de veículo estacionado por manobrista de um estabelecimento comercial, ainda que na via pública, este deverá indenizar a vítima, pois a entrega do veículo caracteriza-se como contrato de depósito.
- D A responsabilidade por danos causados por obra pública realizada por empreitada não será da administração pública que determinou a execução, mas da empreiteira executora do serviço.

QUESTÃO 20

A respeito da lei dos juizados especiais cíveis — Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta.

- A A presunção de veracidade dos fatos alegados no pedido inicial decorre da ausência do demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução, e não da falta de defesa. Assim, será decretada a revelia do réu que não comparecer à audiência de instrução e julgamento, ainda que compareça o seu advogado ou que seja apresentada defesa escrita.
- B Segundo os princípios da simplicidade e da informalidade que regem o julgamento nos juizados especiais, qualquer que seja o valor da causa, a parte vencida, ainda que não possua capacidade postulatória, poderá recorrer pessoalmente da decisão monocrática e requerer a sua revisão pela turma recursal.
- C Caso seja proposta ação monitoria, perante o juízo cível, objetivando o recebimento da quantia de R\$ 500,00, representado por um cheque prescrito, deverá o juiz declinar de sua competência em razão do valor da causa e remeter os autos a uma das varas do juizado especial cível.
- D Contra a decisão proferida em última instância pelo juizado especial cível que afronta a lei infraconstitucional, é cabível o recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 21

Considerando o arquivamento de inquérito policial em decorrência de atipicidade do fato imputado ao indiciado, fundamento essencial, permanente e não-passageiro da decisão judicial, assinale a opção correta.

- A Produzidas novas provas que modifiquem a matéria de fato, pode-se desarquivar o inquérito para o oferecimento da denúncia ou queixa.
- B Arquivado o inquérito policial, ainda assim pode ser iniciada a ação penal correspondente.
- C A lei impossibilita que a autoridade policial, diante da notícia de existência de novas provas, efetue de ofício diligências a respeito do fato que foi objeto do inquérito arquivado.
- D Não há a possibilidade do desarquivamento do inquérito policial.

QUESTÃO 22

Acerca de interceptação telefônica, objeto da Lei n.º 9.296/1996, julgue os itens a seguir.

- I A interceptação telefônica pode ser feita pela polícia com prévia autorização do Ministério Público e conduzida pelo juiz.
- II Desde que precedida de autorização judicial, a interceptação telefônica é válida para produzir prova em processo criminal.
- III Desde que precedida de autorização judicial, a interceptação telefônica é válida para produzir prova em inquérito policial.
- IV Essa interceptação pode ser deferida pelo judiciário, desde que haja requerimento da administração pública.

Estão certos apenas os itens

- A I e II. B I e IV. C II e III. D III e IV.

QUESTÃO 23

Considere que determinado delegado federal praticou ato ilegal, apreendendo bens vinculados legitimamente a um suspeito de falsidade de documentos particulares que teria cometido crime de estelionato contra estabelecimento bancário. Como resposta ao ato ilegal, o investigado afrontou a autoridade policial, chamando-o de ignorante e desejoso de, com o seu ato ilegal, procurar obter oferta de propina. Ato contínuo, o delegado deu voz de prisão em flagrante por delito de desacato, sendo o investigado detido e recolhido a uma cela por efeito da intervenção de vários policiais.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Cabe a juiz federal, ante inexistência de ação penal, conhecer impetração de *habeas corpus* destinada a obter a libertação do acusado.
- B Cabe a juiz estadual, ante inexistência de ação penal, conhecer impetração de *habeas corpus* destinada a obter a libertação do acusado.
- C Cabe ao tribunal de justiça estadual conhecer impetração de *habeas corpus* destinada a trancar a ação penal, ante alegação de não haver, na conduta do acusado, imputação de fato cujo julgamento seja da competência de juízo federal.
- D O juiz federal deve julgar-se incompetente para apreciar a impetração de *habeas corpus*, pois o crime que se investigava era de competência da justiça estadual.

QUESTÃO 24

Considere que João imputou a alguém crime de que o sabe inocente. Nesse caso, então ele pode ser responsabilizado criminalmente se houver dado causa à instauração de

- I investigação policial.
- II processo judicial.
- III investigação administrativa.
- IV ação de improbidade administrativa.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4.

QUESTÃO 25

As medidas socioeducativas previstas na Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) buscam, antes de mais nada, a ressocialização do adolescente infrator. Mas não se pode olvidar que guardam elas, também, certo conteúdo retributivo, a fim de criar no adolescente a consciência da ilegitimidade da prática de atos infracionais. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A A medida socioeducativa deve conter relação com a gravidade do fato praticado.
- B O adolescente infrator está sujeito à pena de detenção.
- C O adolescente infrator está sujeito à pena de reclusão.
- D A legislação atual prevê, para aplicação de qualquer medida socioeducativa, que se deve levar em consideração o desenvolvimento mental do adolescente.

QUESTÃO 26

José, querendo a morte de Paulo, efetuou contra ele 10 certos disparos. Paulo foi socorrido por uma ambulância, que o conduziu ao hospital. Durante o trajeto, a ambulância se envolveu em acidente, e Paulo veio a falecer em virtude dos ferimentos adquiridos devido à colisão.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A José não responderá pelo crime de porte ilegal de arma.
- B José não responderá pelo crime de homicídio consumado.
- C Restará extinta a punibilidade de José.
- D José será beneficiado com o perdão judicial.

QUESTÃO 27

Um agente de polícia, usando arma de fogo, efetuou propositadamente disparos contra Pedro, causando a sua morte e, acidentalmente, a de Cláudio. Nessa situação, esse agente deve responder por

- A lesões corporais, em concurso material.
- B um único crime de homicídio doloso consumado.
- C homicídio doloso consumado, em concurso formal.
- D homicídio doloso consumado em relação a Pedro, e por homicídio culposo consumado em relação a Cláudio.

QUESTÃO 28

Mário, agindo com *animus jocandi*, ofendeu a honra de Carlos, imputando a ele fato ofensivo à sua dignidade e reputação. Nessa situação, Mário

- A deve ser responsabilizado pela prática do crime de injúria.
- B deve ser responsabilizado pela prática do crime de difamação.
- C deve ser responsabilizado pela prática do crime de calúnia.
- D não será responsabilizado criminalmente.

QUESTÃO 29

Um promotor de justiça, ao receber os autos de inquérito policial, concluído e relatado pela autoridade policial, ofereceu de pronto a denúncia. O referido inquérito versava sobre a prática de crimes contra a honra de vítima que se tornou funcionário público após o crime.

Na hipótese acima, o juiz deve

- A receber a denúncia.
- B rejeitar a denúncia sob o argumento de que se trata de ação penal privada, sujeita a queixa-crime.
- C rejeitar a denúncia sob o argumento de que falta condição de procedibilidade para a ação penal.
- D determinar o arquivamento da ação penal.

QUESTÃO 30

Considere que uma pessoa, denunciada pela prática de crime de furto qualificado pelo emprego de chave falsa — art. 155, § 4.º, inciso III, do Código Penal —, foi absolvida pela sentença proferida em primeira instância. O Ministério Público, inconformado, interpôs recurso de apelação. Nesse caso,

- A o recurso adequado é o recurso em sentido estrito.
- B houve suspensão da prescrição da pretensão executória.
- C não houve interrupção da prescrição da pretensão punitiva.
- D não houve suspensão da prescrição da pretensão punitiva.

QUESTÃO 31

Durante a instrução de processo criminal se colhem provas de que existem elementos essenciais de tipo penal — circunstâncias elementares — que não estão contidos, expressa ou implicitamente, na denúncia. Nessa situação,

- A é desnecessário ser aberta vista à defesa para manifestar-se.
- B deve o juiz baixar o processo a fim de que a defesa, no prazo de 8 dias, produza provas, podendo arrolar até 3 testemunhas.
- C ao sentenciar, é lícito o juiz desclassificar o delito.
- D é correto o juiz dar nova definição jurídica ao crime.

QUESTÃO 32

Augusto, logo após furtar um veículo, desferiu coronhadas na cabeça de seu proprietário, que ficou desacordado e foi arremessado para fora do veículo, mas sobreviveu. Nessa situação, Augusto praticou o crime de

- A roubo impróprio.
- B roubo em concurso formal com o crime de lesão corporal grave.
- C roubo em concurso material com o crime de lesão corporal grave.
- D furto em concurso formal com o crime de lesão corporal grave.

QUESTÃO 33

Acerca de atos e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A O ato complexo se iguala, conforme entendimento da doutrina, ao contrato administrativo, pois há, em alguns casos, a conjugação de vontades de órgãos distintos para a formação do ato.
- B A competência é um dos requisitos do ato administrativo e pode ser alterada, mesmo sem autorização legal, por vontade do administrador por meio do instituto da delegação.
- C A cláusula contratual *exceptio non adimpleti contractus* não se aplica, em regra, aos contratos administrativos, quando a falta é da própria administração. No entanto, aplica-se esta cláusula quando houver o atraso, sem motivo justificado, por prazo superior a 90 dias, do pagamento devido pela administração.
- D Não se configura uma cláusula exorbitante do contrato administrativo a possibilidade de aplicação de sanção motivada pela inexecução total ou parcial do contrato, já que não se pode confundir o contrato administrativo com o poder de polícia da administração.

QUESTÃO 34

A respeito do controle da administração pública e dos bens públicos, assinale a opção correta.

- A O Tribunal de Contas, no julgamento da legalidade de concessão de aposentadoria ou pensão, exerce o controle externo que lhe atribui a Constituição Federal, no qual não está jungido a um processo contraditório ou contestatório.
- B Contra decisão judicial que venha a violar o princípio da moralidade pública, será cabível, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a ação popular.
- C Os bens da empresa estatal que exerça serviço público em regime de exclusividade, como a Empresa de Correios, são penhoráveis, conforme entendimento do STF, pois se aplica a eles o mesmo regime das empresas privadas, nos termos do art. 173 da Constituição Federal.
- D Afetação é o nome dado à possibilidade, por força de ato administrativo, de determinado bem público ser alienado.

QUESTÃO 35

Quanto aos agentes públicos e aos poderes da administração, assinale a opção correta.

- A O poder da própria administração de rever o seu ato, por parte de seu superior hierárquico, encontra-se restringido pela decadência de 5 anos, nos termos da Lei n.º 9.784/1999.
- B É inconstitucional, conforme entendimento do STF, toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual seja anteriormente investido.
- C São atributos específicos do poder de polícia a presunção de legitimidade e veracidade, a auto-executoriedade e a imperatividade.
- D O servidor público estatutário em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou tiver a sua aposentadoria cassada, terá o prazo de 30 dias para quitar o débito, sob pena de imediata execução, sendo desnecessária a prévia inscrição em dívida ativa.

QUESTÃO 36

João é motorista de ônibus de uma empresa que presta serviço público de transporte coletivo no município de Cuiabá e, dessa forma, de maneira culposa, foi considerado responsável pelo acidente de trânsito envolvendo Maria e Antônio como vítimas. Maria era passageira do referido ônibus e Antônio estava conduzindo o seu próprio veículo.

Com base na situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta.

- A Conforme entendimento do STF, tanto Maria quanto Antônio podem ser indenizados judicialmente pelo município, por haver, na espécie, responsabilidade objetiva.
- B Maria não poderia ingressar com ação de responsabilidade civil diretamente contra João, mesmo que pudesse demonstrar a culpa deste pelo acidente.
- C Não sendo Antônio usuário do serviço de transporte coletivo, resta, conforme entendimento do STF, afastada a responsabilidade objetiva do município quanto aos danos causados a Antônio.
- D Caso haja a responsabilização da empresa concessionária do serviço de transporte coletivo pelo acidente, poderá ela buscar a reparação dos danos, mediante ação regressiva, em face do município, tendo em vista a responsabilidade objetiva deste no acidente.

QUESTÃO 37

Acerca dos serviços públicos e da organização administrativa, assinale a opção correta.

- A Serviço público somente pode ser concedido para entidades privadas.
- B As autarquias e fundações públicas compõem a administração pública direta, enquanto as empresas públicas e as sociedades de economia mista compõem a administração pública indireta.
- C Desconcentração é o fenômeno que transfere determinado serviço público para outros entes, dotados de personalidade jurídica própria.
- D As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica, com a finalidade de desenvolver um serviço público de forma descentralizada, podendo a nomeação de seus dirigentes ser condicionada por lei à aprovação do respectivo poder legislativo, sem que haja violação ao princípio da separação de poderes.

QUESTÃO 38

A respeito de desapropriação, assinale a opção correta.

- A A desapropriação por zona não é admitida pela atual legislação de regência das desapropriações por utilidade pública.
- B O Poder Judiciário jamais poderá desapropriar sem que haja um decreto do Poder Executivo.
- C A desapropriação para fins de reforma agrária, tanto da terra nua quanto das benfeitorias, somente se faz por pagamento em títulos da dívida agrária.
- D É nulo o decreto expropriatório que não atenta para o princípio da saisina. Dessa forma, com o falecimento do proprietário do imóvel, cada condômino deve ser notificado previamente para vistoria do bem.

QUESTÃO 39

No que se refere à teoria geral das constituições, assinale a opção correta.

- A Constituição flexível é aquela que somente admite a sua reforma por meio de emenda à constituição.
- B A constituição é sempre fruto de um processo democrático, não havendo constituição nos países onde há a usurpação de poderes por meio de golpes militares ou revolucionários.
- C As normas constitucionais, em regra, não podem ser interpretadas pelos mesmos mecanismos de interpretação das normas infraconstitucionais.
- D A interpretação conforme a constituição ocorre quando há, em relação a determinado dispositivo legal, no mínimo duas interpretações possíveis, sendo apenas uma dessas interpretações constitucional.

QUESTÃO 40

Com relação aos princípios fundamentais, assinale a opção correta.

- A Os direitos e garantias individuais estão taxativamente previstos no texto constitucional, não sendo possível ampliá-los por meio de atos infraconstitucionais.
- B Dos originários de Moçambique, exige-se, para fins de naturalização brasileira, residência no Brasil por 15 anos, conforme expressa disposição constitucional.
- C Os partidos políticos possuem personalidade jurídica de direito privado e estão impedidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
- D Em relação aos bens localizados no Brasil, será sempre aplicada a lei brasileira, por expressa disposição constitucional.

QUESTÃO 41

Acerca da organização do Estado, assinale a opção correta.

- A A federação brasileira é composta pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos territórios.
- B Na organização político-administrativa da federação brasileira, tem-se que a competência da União e dos municípios é expressa, ao passo que a competência dos estados é residual.
- C Os municípios são desprovidos de poder judiciário e o número de vereadores varia de acordo com o potencial econômico de cada município.
- D O total da despesa de cada município com o seu respectivo poder legislativo não pode ultrapassar 10% da verba orçamentária.

QUESTÃO 42

A respeito da administração pública, assinale a opção correta.

- A Os cargos públicos são acessíveis aos brasileiros, natos ou naturalizados, de acordo com os requisitos estabelecidos em lei, sendo que os estrangeiros também podem ocupar cargos públicos na forma da lei.
- B A remuneração e o subsídio dos membros da procuradoria dos estados e dos defensores públicos estaduais não poderão ultrapassar o subsídio mensal do governador dos estados.
- C Os atos de improbidade importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário. Todas essas sanções podem ser aplicadas pela autoridade administrativa competente.
- D As normas relativas ao teto de remuneração na administração pública aplicam-se, em qualquer caso, às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

QUESTÃO 43

Quanto à organização dos poderes, assinale a opção correta.

- A Cada território deverá ter oito deputados federais.
- B A criação ou extinção de órgão e ministérios se faz por lei. Mas a Constituição Federal autoriza ao presidente da República, por meio de decreto, alterar a organização e o funcionamento da administração federal, desde que isso não importe em aumento de despesa nem em criação ou extinção de órgãos públicos. O presidente da República poderá, ainda, extinguir cargos públicos vagos por meio de decreto.
- C Ao presidente do STF cabe a iniciativa para propor projeto de lei que vise criar ou extinguir cargos e remuneração de seus serviços auxiliares. Essa mesma competência, em relação ao Ministério Público federal, é conferida, pela própria Constituição Federal, ao procurador-geral da República.
- D Ao STF cabe julgar, em sede de recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no Brasil.

QUESTÃO 44

No que se refere ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A A ação direta de inconstitucionalidade interventiva deve ser proposta pelo procurador geral da República, perante o STF, quando se tratar de intervenção da União nos estados ou no Distrito Federal, por violação dos chamados princípios sensíveis, entre os quais encontra-se a ausência de prestação de contas de uma autarquia ou fundação estadual ou distrital.
- B O STF admite o controle concentrado durante o processo legislativo, de forma a evitar que um determinado projeto de lei inconstitucional venha a se transformar em lei.
- C No controle difuso, os juízes podem reconhecer a inconstitucionalidade de uma lei e, dependendo do processo em que tal decisão for proferida, pode esta decisão ter eficácia *erga omnes*.
- D A arguição de descumprimento a preceito fundamental pode ser proposta mesmo quando haja outro meio eficaz de sanar a lesividade do ato atacado.

QUESTÃO 45

Constitui regra em matéria tributária o fato de um tributo ser arrecadado e cobrado pelo mesmo ente da federação, destinando-se a este mesmo ente o produto da arrecadação. Relativamente à competência tributária e à distribuição da receita, assinale a opção **incorreta**.

- A O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) é cobrado somente pelos estados e pelo Distrito Federal 25% de sua arrecadação destina-se aos municípios.
- B O imposto sobre produtos industrializados (IPI) é cobrado apenas pela União, que distribui 57% do produto de sua arrecadação.
- C O imposto territorial rural (ITR) somente pode ser cobrado pela União, cabendo aos municípios 50% de sua arrecadação.
- D Metade da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é distribuída entre os municípios.

QUESTÃO 46

No âmbito tributário, será responsável pessoalmente o agente quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de seu dolo específico contra terceiros. Assinale a opção que trata de situação que **não** configura responsabilidade pessoal do agente em razão da regra acima referida.

- A A infração cometida com dolo pelos pais contra seus próprios filhos.
- B Infração cometida com dolo por um serventuário de ofícios extrajudiciais contra os clientes, relativamente a escrituras de compra e venda de imóveis lavradas por ele.
- C Infração cometida com dolo pelo síndico contra a respectiva massa falida.
- D Infração cometida com dolo pelos empregados contra os clientes de uma pessoa jurídica contribuinte.

QUESTÃO 47

Com relação à compensação do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A A ação judicial a ser utilizada para a declaração de compensação é a ação ordinária.
- B Para serem compensáveis, os créditos do sujeito passivo têm que ser líquidos e certos, porém, admitem-se créditos vincendos.
- C As taxas de desconto de créditos futuros a compensar não podem ser menores que 1% ao mês.
- D Se o crédito do sujeito passivo decorrer de ação judicial de natureza tributária, somente poderá ser utilizado para compensação, após a sentença de primeiro grau favorável à constituição desse crédito.

QUESTÃO 48

De acordo com as atuais regras constitucionais incidentes sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), assinale a opção correta.

- A É competência de lei complementar a fixação de alíquotas mínimas.
- B É vedado à lei complementar fixar alíquotas máximas.
- C É vedado à lei complementar regular concessão de isenções.
- D É matéria de lei complementar o estabelecimento de condições de anistia a suas penalidades.

QUESTÃO 49

João é um tabelião que, em determinado mês de 2004, deixou de pagar o parcelamento de seu imposto de renda apurado na declaração de ajuste de 2004, ano base 2003, apresentada em 30 de abril de 2004.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção **incorreta** acerca da condução do crédito tributário pelo fisco federal.

- A O crédito contra João será constituído pela homologação da declaração, independentemente do pagamento.
- B Ainda que João pague antes da homologação, poderá ocorrer de ser constituído contra ele crédito tributário de obrigação principal, em caso de inexistência da declaração.
- C Com o não-pagamento por João, seu crédito tributário deve ser inscrito na dívida ativa.
- D O procedimento inicial para João ter o direito de não pagar a parcela que deixou de pagar, por entender indevida, é a abertura de um processo administrativo tributário.

QUESTÃO 50

Marcos foi citado para pagar uma dívida de imposto de renda que lhe está sendo cobrada por meio de execução fiscal, e foi notificado administrativamente para pagar uma outra dívida, desta feita, de imposto territorial rural, apurada. Para tais situações, a lei lhe faculta algumas medidas.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que representa uma medida que **não** está prevista no direito positivo aplicável.

- A Marcos pode iniciar um processo administrativo tributário, para o caso do ITR, desde que tempestivo.
- B Para a execução fiscal, a lei faculta a Marcos apresentar em juízo uma exceção de pré-executividade.
- C No caso do imposto de renda, a lei dá a Marcos o direito de apresentar embargos à execução, atendidas as condições.
- D A legislação admite mandado de segurança referente ao ITR, caso Marcos detenha direito líquido e certo relativamente à matéria.

QUESTÃO 51

Assinale a opção **incorreta** acerca do direito societário.

- A Considera-se desprovida de personalidade jurídica determinada sociedade empresária que já tenha lavrado competente ato constitutivo, mas que ainda não o tenha inscrito no registro próprio e na forma da lei.
- B O título de doação, de determinado empresário, de bem clausulado de incomunicabilidade ou inalienabilidade deverá ser arquivado e averbado no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.
- C Se determinado sócio diretor de sociedade empresária decidir proceder à gravação de imóvel integrante do patrimônio da pessoa jurídica com ônus real, será necessária a competente outorga conjugal, caso o mesmo seja casado sob o regime da comunhão parcial de bens.
- D A sociedade em conta de participação poderá ser constituída mediante contrato verbal, desde que as partes sejam capazes, que seja lícito o objeto e que haja mútuo consenso.

QUESTÃO 52

Acerca das sociedades limitadas, assinale a opção correta.

- A Caso haja previsão no contrato social, na sociedade limitada, o sócio poderá integralizar suas quotas mediante prestação de serviços.
- B Em sociedade limitada constituída por dezessete membros, o pedido de concordata dependerá de deliberação dos sócios, a qual deverá se dar, obrigatoriamente, em assembléia.
- C A assembléia de sócios será semestral e, entre outras deliberações, serão tomadas as contas dos administradores.
- D Se, no ato constitutivo de determinada sociedade limitada, houver a previsão de administração desta por pessoa estranha ao quadro de sócios, a deliberação pela nomeação desse administrador dependerá da aprovação de um total de sócios que detenham, no mínimo, três quartos do capital social, caso este já esteja integralizado.

QUESTÃO 53

Quanto ao instituto das sociedades anônimas, assinale a opção **incorreta**.

- A As sociedades anônimas serão designadas mediante denominação, da qual poderá constar o nome de pessoa que por qualquer modo tenha concorrido para o sucesso da empresa.
- B Nas sociedades anônimas, o capital social poderá ser constituído por contribuição pecuniária ou por bens, mediante prévia avaliação, por peritos ou empresa especializada.
- C Às companhias brasileiras é vedada a emissão de debêntures no exterior com garantia real ou fluutuante de bens situados no Brasil.
- D O titular de ações preferenciais poderá ser privado do direito de voto em assembléia geral, desde que estabelecido no estatuto da companhia.

QUESTÃO 54

Acerca dos institutos dos contratos empresariais e dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- A As ações emitidas pelas sociedades anônimas possuem natureza jurídica de bens imóveis.
- B O endosso poderá ser prestado total ou parcialmente, por lançamento de assinatura no verso do título, desde que não haja condição a que o subordine o endossante.
- C O credor de determinado título de crédito poderá ajuizar ação executiva contra o emitente do título ou seus avalistas, mediante prévio e regular protesto.
- D Poderá ser objeto de contrato de alienação fiduciária em garantia bem fungível de instrumento de trabalho do devedor.

QUESTÃO 55

Assinale a opção **incorreta** quanto ao direito falimentar.

- A A falência poderá ser requerida por qualquer sócio, à exceção do comanditário, e por acionista da sociedade por ações.
- B Levado a efeito endosso em preto, o endossatário adquirirá competência para requerer a falência da pessoa jurídica emitente do respectivo título.
- C Instaurado competente processo falimentar, caso não seja declarada a falência, em sede de decisão de mérito, caberá recurso de apelação.
- D Se determinada pessoa, legalmente impedida de exercer atividade empresarial, descumprir essa determinação legal, poderá advir a declaração de sua falência, a qual será fraudulenta.

QUESTÃO 56

Assinale a opção correta acerca do instituto das concordatas.

- A Impetrada concordata preventiva, por determinada sociedade anônima, esta poderá ser representada por quaisquer de seus acionistas, desde que haja prévia decisão tomada em assembléia geral.
- B Caberá recurso de apelação contra sentença que indeferir pedido de concordata preventiva.
- C A ação de busca e apreensão ajuizada em razão de contrato de alienação fiduciária em garantia deverá ser sobrestada quando do ato de impetração de concordata por sociedade empresária.
- D Se determinado empresário se absteve de proceder à competente inscrição do ato constitutivo, no registro próprio, estará impedido de impetrar concordata.

QUESTÃO 57

Acerca da disciplina dos registros públicos, julgue os itens a seguir.

- I Ao final dos livros, não deverão ser interrompidos os números de ordem dos registros, que seguirão indefinidamente nos livros seguintes da mesma espécie.
- II O procedimento de dúvida, direta e inversa, previsto expressamente na Lei n.º 6.015/1973, salvo pequenas adaptações, é o mesmo para todas as especialidades registrais.
- III A certidão poderá ser expedida de modo que relate o que consta do registro, em resposta aos quesitos apresentados pelo requerente.
- IV O procedimento de retificação, expressamente previsto na Lei n.º 6.015/1973, salvo pequenas adaptações, é o mesmo para todas as especialidades registrais.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e IV.

QUESTÃO 58

Com relação ao direito notarial e registral, julgue os itens que se seguem.

- I Em qualquer caso, nenhuma exigência fiscal, ou dúvida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento no protocolo, com o respectivo número de ordem.
- II O assento de óbito lavrado em dia não-útil, ainda que o serviço esteja fora do plantão, não é nulo, apesar da norma existente na Lei n.º 6.015/1973, pela qual será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade.
- III A moderna doutrina preceitua que a entrega de certidão de casamento a pessoa não pertencente à família do casal exige, em atendimento ao princípio constitucional da proteção à intimidade e à vida privada, que o requerente faça seu requerimento por escrito, no qual se identifique e demonstre o seu interesse para agir.
- IV O bloqueio administrativo de matrícula no registro de imóveis é instituto de construção jurisprudencial e pode ser concedido em caráter provisório, dispensando o trânsito em julgado da sentença.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e IV.

QUESTÃO 59

Acerca da Lei n.º 8.935/1994, julgue os itens seguintes.

- I Se comparecer ao serviço notarial o tio do tabelião, requerendo a lavratura de uma declaração pública, o tabelião não poderá proceder pessoalmente ao ato, uma vez que a lei proíbe que se lavre pessoalmente escritura de interesse próprio, ou do interesse de seus parentes em linha reta, ou colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau. No entanto, o ato poderá ser lavrado por um funcionário da serventia, desde que não o assine o titular do serviço.
- II Aos oficiais de registro de imóveis compete formalizar definitivamente a vontade das partes no que se refere às transações envolvendo bens imóveis, assim como os direitos reais sobre coisas alheias.
- III O protesto de títulos deverá, ser submetido a prévia distribuição quando houver mais de um tabelião de protestos na mesma localidade.
- IV Ao contrário dos médicos, psicólogos e advogados, os notários e registradores não estão adstritos a sigilo profissional, uma vez que suas notas e registros são essencialmente públicos.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e IV.

QUESTÃO 60

João e Alfredo são proprietários de uma fazenda situada no município de Cáceres, conforme consta regularmente registrado na matrícula do imóvel no serviço registral competente. No dia 20/12/2004, João e Alfredo, por escritura pública de compra e venda, alienaram o referido imóvel a José. Em seguida, José apresentou o instrumento para registro.

Considerando essa situação hipotética, acerca de registro imobiliário, julgue os itens seguintes.

- I A compra e venda será registrada no Livro 2 — registro geral. No entanto, poderá o instrumento vir a ser registrado no Livro 3 — registro auxiliar —, a requerimento do interessado, dispensando-se, assim, o ato de transcrição completa do título no registro geral.
- II Na hipótese de ter sido apenas João o outorgante da escritura, o título deve ser qualificado negativamente, por força do princípio da continuidade, mesmo que, em vez de compra e venda, João outorgasse uma escritura locando o imóvel a José.
- III Caso se tratasse de doação a título gratuito de João e Alfredo a José, aqueles somente poderiam promover o registro da escritura respectiva fazendo prova da aceitação do donatário.
- IV Após registrada a escritura pública de compra e venda, caso José perceba omissão ou erro cometido na transposição de qualquer elemento do título, ou, ainda, almeje indicar ou atualizar a confrontação do imóvel, ou mesmo pretenda alterar ou inserir elementos que resultem de mero cálculo matemático feito a partir das medidas perimetrais constantes do registro, poderá requerê-lo ao oficial do registro imobiliário, que, se assim o entender, procederá às retificações referidas.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

QUESTÃO 61

Em 26/10/2004, a empresa Júpiter Ltda. recebeu, em razão de renegociação de dívida, um cheque pré-datado no valor de R\$ 2.000,00, emitido pela empresa Titan Ltda. nessa mesma data. Apresentado para pagamento em 26/1/2005, o cheque foi devolvido pelo banco sacado por insuficiência de fundos.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens a seguir.

- I Se a empresa Júpiter Ltda. não pudesse comprovar a apresentação da cártula ao banco, não poderia o tabelião admitir o protesto do cheque, a não ser que a intenção da empresa fosse processar o próprio banco.
- II O cheque apenas pode ser protestado para fins falimentares porque, tendo sido emitido pré-datado em pagamento de dívida pré-existente, restou descaracterizada sua natureza de título de crédito, de modo que apenas pode ser cobrado por ação monitória ou ordinária, ou ainda, servir de documento hábil para, após o ato notarial pertinente, fundamentar requerimento de falência da empresa Titan Ltda.
- III A garantia por aval ou a circulação por endosso são fatos que autorizam o protesto de cheque devolvido por motivo de furto, roubo e extravio de folhas ou do talonário.
- IV O protesto do cheque para fins falimentares será registrado em livro específico no tabelionato competente, devendo-se sujeitar, pelas graves consequências que acarreta, ao mais rigoroso controle por parte do titular do serviço.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.

QUESTÃO 62

Acerca da atividade dos tabeliães de notas, assinale a opção correta.

- A Para a lavratura de escrituras públicas relativas à aquisição de imóveis rurais, deve ser apresentado o certificado de cadastro emitido pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA). Do mesmo modo, tratando-se o adquirente de pessoa física estrangeira, e de aquisição de imóvel com mais de três módulos, deve ser apresentada a respectiva certidão do registro de imóveis, comprobatória de que a operação de aquisição não ultrapassa os limites máximos permitidos para a aquisição de imóveis rurais por estrangeiro.
- B Quando a escritura pública se refere a imóvel urbano, cuja descrição e caracterização constem na certidão do registro imobiliário, o instrumento pode consignar, a critério do tabelião, exclusivamente o número do registro ou da matrícula no registro de imóveis, dispensando a sua completa localização.
- C Desde que transcreva na escritura pública os elementos necessários à identificação das certidões apresentadas, o tabelião fica desobrigado de arquivar em cartório os referidos documentos.
- D A escritura de pacto antenupcial destina-se a que os nubentes ajustem o regime de bens de seu casamento. Todavia, por requerimento dos nubentes, além do ajuste do regime de bens, a escritura referida pode relacionar bens já pertencentes aos noivos, não devendo, por essa razão, ser rejeitada pelo oficial do registro civil das pessoas naturais.

QUESTÃO 63

Em relação a serviços notariais e de registro, em especial ao registro civil das pessoas naturais, assinale a opção **incorreta**.

- A O registrador civil das pessoas naturais deve recusar registro a escritura pública de adoção datada de 25/12/2004, dia de Natal, mesmo que o adotado seja maior de 18 anos de idade. No entanto, a lavratura da escritura na data referida, ainda que feriado nacional, não faz nulo o ato notarial.
- B No pedido de habilitação para o casamento é necessária a declaração de duas testemunhas, que afirmem conhecer os nubentes e que inexistem impedimentos para o casamento. Caso compareçam como testemunhas dois filhos dos nubentes, o registrador civil das pessoas naturais deve aceitá-los, dando continuidade ao processo de habilitação.
- C Pessoas com 16 anos de idade podem se casar, sendo exigida autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil. Judicialmente, pode ser concedida autorização para casar a quem não atingiu a idade núbil, não podendo, porém, ser autorizado o casamento de uma jovem de 15 anos com o homem acusado de ter-lhe cometido crime de estupro.
- D Nenhum sepultamento é feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito. Não obstante, pode ser lavrado assento de óbito mesmo que o sepultamento já tenha ocorrido e não haja atestado médico, independentemente de autorização judicial.

QUESTÃO 64

A respeito do registro de títulos e documentos e do registro civil das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- A As associações não poderão ter fins econômicos, de modo que o oficial do registro civil das pessoas jurídicas deve negar registro a atos constitutivos de associações, quando determinarem o pagamento de valores à diretoria, salvo quando se tratar de verbas de caráter indenizatório.
- B Os atos constitutivos das associações poderão prever conselho fiscal. A este órgão, porém, não pode, em hipótese alguma, ser reservada pelos estatutos competência para aprovar as contas da diretoria.
- C Com a realização de matrícula junto ao oficial de registro civil das pessoas jurídicas, os jornais, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias adquirem personalidade jurídica própria, distinta daquela de seus sócios.
- D Como regra geral, é exigido o reconhecimento de firma nos documentos levados a registro em títulos e documentos.

QUESTÃO 65

Acerca da atividade dos notários e registradores e sua disciplina prevista nas Leis n.ºs 10.169/2000 e 8.935/1994, julgue os itens seguintes.

- I Os atos gratuitos praticados pelos oficiais de registro civil das pessoas naturais devem ser compensados, sendo essa providência de competência da União, que deve legislar sobre registros públicos.
- II Quando o notário fizer constar da escritura o valor dos emolumentos recolhidos, é indispensável a entrega ao usuário de recibo em que conste informação idêntica.
- III O tabelião de notas, embora não possa praticar os atos que lhe são atribuídos legalmente fora do município para o qual recebeu a delegação, pode lavrar, em Cuiabá, uma escritura de compra e venda de um imóvel sito em Goiânia. Não obstante, é dever do tabelião fiscalizar o recolhimento do ITBI cobrado, em razão do negócio, por este último município.
- IV É dever dos notários e registradores atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa dos entes da administração direta ou indireta.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

QUESTÃO 66

Nos registros acerca de determinada fazenda constam diversos lançamentos, sendo que o último se encontra lavrado nos seguintes termos: R-5-4321. COMPRA E VENDA. Conforme escritura de compra e venda lavrada em 13 de dezembro de 2004, à fl. 40, Livro 128, no 1.º Ofício de Notas desta comarca, o imóvel objeto da presente matrícula foi adquirido por Manoel Carvalho Crispin Castanheira, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 123456-78 e da Carteira de Identidade 121212 SSP/MT, por compra feita ao anterior proprietário, Álvaro Argeu de Andrade, brasileiro, solteiro, advogado, portador do CPF 876543-21 e da Carteira de Identidade 131313 OAB/MT, pelo preço de R\$ 200.000,00, já devidamente quitado. Sem condições. Cuiabá, 20 de dezembro de 2004. Dou fé.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens que se seguem.

- I A matrícula do imóvel em questão é a de n.º 4321, lançada no Livro 2 — registro geral. Com o advento da Lei n.º 6.015/1973, adotou-se no registro imobiliário brasileiro o chamado fôlio real, isto é, a atribuição de uma folha do livro de registro para cada imóvel. Desse modo, os registros de dois imóveis não podem constar da mesma folha, não obstante um imóvel possa vir a ser registrado em mais de uma folha.
- II Manoel Carvalho Crispin Castanheira e sua esposa são proprietários do imóvel referido e têm, em princípio, poder de disponibilidade sobre o bem. Entretanto, caso se separarem judicialmente, mantido o bem em condomínio de ambos, para que possam vender o imóvel será indispensável a assinatura dos dois na escritura pública, em obediência ao princípio da especialidade. Nesse caso, será indispensável, antes, a averbação da mudança do estado civil, que receberá o número AV-6-4321.
- III Embora a Lei n.º 6.015/1973 não relacione expressamente o nome do cônjuge do adquirente entre os requisitos do registro no Livro 2, boa técnica recomenda que se o lance no registro, assim como o regime de bens e a data do casamento, a fim de melhor observar o princípio da continuidade.
- IV Caso Manoel Carvalho Crispin Castanheira e sua esposa desejem vender o imóvel, não podem fazê-lo na mesma escritura pública juntamente com a venda de outro imóvel de sua propriedade, porque poderia acontecer de ser possível o registro de um negócio, e o de outro, não.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
B I e III.
C II e IV.
D III e IV.

As questões de **67 a 72** devem ser respondidas à luz do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Mato Grosso.

QUESTÃO 67

Assinale a opção **incorreta** relativamente às comarcas no âmbito da justiça do estado de Mato Grosso.

- A No estado de Mato Grosso, as comarcas serão classificadas em conformidade com o movimento forense, o número de habitantes e a receita tributária, entre outros fatores, e serão consideradas de terceira entrância as comarcas Barra do Garças, Rondonópolis e Chapada dos Guimarães.
- B Considere a criação de determinada comarca integrada pelos municípios A e B, sendo A de mais fácil acesso. Nesse caso, essa comarca receberá a denominação do município A e este será sua sede.
- C Um dos requisitos indispensáveis para a elevação de comarca do estado de Mato Grosso à segunda entrância é população mínima de dez mil habitantes na zona urbana da cidade sede.
- D Se determinada comarca perder os requisitos cotados para sua criação e instalação, poderá ser rebaixada e até extinta, sempre mediante decisão do Tribunal Pleno.

QUESTÃO 68

Com referência à composição do TJMT e às competências no âmbito desse tribunal, assinale a opção correta.

- A O TJMT é composto de onze membros, número esse que somente será majorado se, durante o ano anterior, o total de processos julgados superar o índice de 500 feitos por magistrado.
- B Caso repute necessário, o corregedor-geral poderá, a qualquer tempo, e a seu arbítrio, levar a efeito ato correicional em comarca ou distrito de jurisdição do estado de Mato Grosso.
- C O presidente do TJMT será competente para nomear juiz de paz, mediante a oitiva do juiz de direito da comarca, após formada lista tríplice.
- D O juiz de direito substituto somente poderá exercer uma substituição por vez, salvo em hipótese excepcional, mediante designação do Conselho da Magistratura.

QUESTÃO 69

Assinale a opção **incorreta** a respeito da atividade correicional.

- A O ato correicional será levado a efeito pelo corregedor-geral da Justiça, pelo juiz da respectiva comarca ou pelo juiz que o estiver temporariamente substituindo.
- B O corregedor-geral da justiça exercerá correições permanentes, ordinárias e extraordinárias. As ordinárias serão levadas a efeito sem prévio anúncio, anualmente.
- C O magistrado competente pela correição anual ordinária nos distritos da sua comarca deverá encaminhar relatório fundamentado à Corregedoria-Geral no prazo máximo de dez dias, a contar da data de encerramento da respectiva correição.
- D Se determinado juiz de direito estiver presidindo ato correicional em comarca diversa da sua, desta não poderá se ausentar pelo prazo máximo de oito dias.

QUESTÃO 70

Assinale a opção correta.

- A Mediante proposta do TJMT, os cartórios de notas e os de registro de imóveis poderão ser reunidos, mas jamais desmembrados, sob pena de comprometer a atividade por eles desenvolvida.
- B Considera-se de primeira classe determinado ofício de justiça da comarca de São Félix do Araguaia.
- C Os cargos públicos relativos aos ofícios dos foros judiciais e extrajudiciais serão providos mediante concurso de provas, ou de provas e títulos, conforme o caso, o qual será regulado por resolução do TJMT.
- D Se reputar necessário, ao titular de ofício extrajudicial será facultado nomear substituto, entre seus auxiliares, o qual deverá ser nomeado pelo juiz diretor do foro, com competências e atribuições previamente estabelecidas.

QUESTÃO 71

Tendo em vista as competências e as normas procedimentais no âmbito do TJMT, assinale a opção **incorreta**.

- A O titular de serventia, para proceder à tomada de declaração de pessoa que desconheça o vernáculo, deverá providenciar a prática do ato com o auxílio de tradutor juramentado.
- B Nenhuma disposição testamentária poderá ser levada a efeito por auxiliar do titular da serventia, por expressa disposição legal.
- C Se, em determinada comarca do interior do estado de Mato Grosso, não houver avaliador judicial, nesse caso o juiz competente poderá nomear qualquer pessoa, ao seu livre talante, desde que seja idônea e capaz para o exercício da referida função pública.
- D Todos os oficiais de justiça do estado de Mato Grosso deverão atuar perante as varas criminais.

QUESTÃO 72

Assinale a opção correta a respeito do exercício da função pública na justiça do estado de Mato Grosso.

- A Independe de prévia autorização do Conselho da Magistratura o exercício de função eletiva, por servidor da justiça do estado de Mato Grosso, ante a notoriedade do ato.
- B Se A for pai de B, a eles será vedado o exercício de suas funções públicas, no mesmo distrito, caso haja subordinação hierárquica.
- C Se, em determinada ação cautelar de arresto, antes mesmo de sua realização, a parte interessada requerer certidão, esta deverá ser fornecida pelo escrivão da competente vara.
- D Se determinado servidor vitalício da comarca de Cuiabá for privado de suas funções em razão de incompatibilidade funcional, este deverá ser colocado em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e deixará de perceber as vantagens inerentes ao cargo.

As questões de **73 a 80** versam acerca do Regime de Custas e Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso.

QUESTÃO 73

Assinale a opção **incorreta** acerca da função correicional e das reclamações e apuração de infrações administrativas.

- A A atividade de correição extraordinária poderá ser geral ou parcial, a ser realizada por juiz de direito, sempre mediante determinação do Conselho da Magistratura ou do corregedor-geral.
- B Considere que determinada atividade correicional, a ser levada a efeito pelo corregedor-geral da justiça, se inicie no dia 3/3/2005. Nessa situação, a atividade deverá findar-se no dia 18/3/2005, mas poderá perdurar, em hipótese excepcional, até o dia 23/3/2005.
- C No corpo do relatório de correição, lavrado pelo magistrado competente, deverá conter a relação do quadro de pessoal do cartório ou da escrivania onde ocorreu a atividade correicional, com os nomes e os respectivos cargos.
- D Suponha que determinado juiz diretor do foro tenha recebido reclamação contra servidor. Nessa situação, o juiz deverá notificar o servidor para que se manifeste no prazo de 48 horas e, acolhidas as justificativas apresentadas, poderá determinar o arquivamento do feito ou, caso contrário, ordenará a instauração de sindicância ou processo administrativo, conforme o caso, mediante portaria.

QUESTÃO 74

Assinale a opção correta acerca dos ofícios da justiça dos foros judiciais e extrajudiciais e do serviço de distribuição, do oficial de justiça, do contador, do partidor, do depositário público e do avaliador.

- A Os advogados deverão apresentar previamente, ao juiz competente, mediante petição, o nome dos estagiários e assistentes encarregados de obter informações processuais e, nesse caso, será vedado ao servidor da respectiva escrivania o requerimento de identificação, aos referidos estagiários e assistentes.
- B O juiz diretor do foro será competente para designar oficial de justiça com vistas a substituir porteiro de auditório, em faltas e impedimentos devidamente justificados.
- C Se, em determinada comarca, não houver depositário judicial, ou os houver em número insuficiente, o juízo competente poderá nomear serventuário da justiça de comarca distinta.
- D As cartas precatórias advindas de outras unidades da federação serão recebidas pelo juiz diretor do foro da comarca destinatária e distribuídas, mediante pagamento de preparo, o qual se dará após notificação da parte interessada.

QUESTÃO 75

Assinale a opção **incorreta** a respeito dos juizados especiais e do ofício cível.

- A Nos juizados especiais criminais, as intimações serão efetuadas mediante carta, telefone ou qualquer outro meio idôneo de comunicação.
- B Ainda que não tenham sido previamente requeridas pelas partes, todas as provas serão produzidas em audiência de instrução e julgamento, no curso de qualquer ação que se processe perante o juizado especial cível.
- C Em sede de juizado especial cível, a defesa poderá ser apresentada por escrito ou oralmente, ocasião em que a parte deverá argüir suspeição ou impedimento do juiz.
- D No ofício cível, os livros serão de folhas soltas, conterão termo de abertura e encerramento e serão encadernados quando formarem duzentas folhas.

QUESTÃO 76

Com referência ao ofício cível, assinale a opção correta.

- A Não serão distribuídas a exceção de pré-executividade e os embargos à ação monitória, que serão juntados nos próprios autos, mas a parte interessada deverá levar a efeito o regular recolhimento das custas judiciais.
- B Quando procedido por intermédio de edital, o ato de citação e intimação de pessoa jurídica deverá ser lavrado com a designação do nome de quaisquer de seus sócios.
- C Após regular curso processual e extinto o processo, com o avanço ou não sobre o mérito da demanda, os autos serão arquivados e se procederá à baixa da distribuição, mediante prévia determinação judicial.
- D Na data e hora marcadas para início de audiência de conciliação, ou de instrução e julgamento, proceder-se-á ao pregão, o qual será levado a efeito pelo porteiro dos auditórios ou por oficial de justiça, na falta daquele.

QUESTÃO 77

Assinale a opção **incorreta** quanto ao ofício criminal.

- A Em se tratando de réu preso, os autos do inquérito policial deverão retornar imediatamente à delegacia de origem, para que sejam cumpridas as determinações pertinentes, caso o representante do Ministério Público requeira qualquer diligência.
- B Se o réu de determinada ação penal for policial civil de Cuiabá, sua citação dependerá de notificação do delegado-geral de polícia, com antecedência mínima de dez dias, salvo se aquele estiver preso.
- C Regularmente cumprida determinada carta precatória criminal, esta deverá ser encaminhada à comarca de origem, sendo vedada a entrega da mesma diretamente ao defensor legalmente constituído, para que este leve a efeito o referido traslado.
- D A autoridade competente deverá abster-se de levar a efeito recolhimento em estabelecimento penitenciário em face da ausência de guia de recolhimento, ou mandado de prisão, sendo que este último poderá ser transmitido por *fax*, Internet ou qualquer outro meio eletrônico.

QUESTÃO 78

Assinale a opção correta quanto às normas específicas para os serviços notariais e de registros.

- A Semestralmente, serão realizadas correções nas serventias, por determinação e direção do juiz diretor do foro, o qual poderá, eventualmente, autorizar a autocorreção, mediante prévia e fundamentada solicitação.
- B A serventia deverá fornecer recibo, relativo ao pagamento pelo ato de reconhecimento de firma e de autenticação de documento, que poderá ser fornecido por máquina registradora, com assinatura ou rubrica de servidor com fé pública.
- C O advogado que sofrer dano causado por preposto de titular de certa serventia deverá providenciar reclamação e solicitar providências diretamente à Corregedoria Geral da Justiça, sendo desnecessário qualquer outro procedimento prévio.
- D Diante de eventual e excessiva morosidade na prestação dos serviços notariais e de registro, estes poderão ser levados a efeito por despachantes, os quais deverão constar do respectivo quadro funcional da serventia e desde que previamente registrados.

QUESTÃO 79

Assinale a opção **incorreta** acerca das normas específicas para os serviços notariais e de registros.

- A As serventias farão uso de livros de folhas soltas, os quais conterão entre 100 e 200 folhas, mas poderão ser utilizadas tantas folhas quantas forem necessárias para a conclusão do ato quando se tratar de procuração.
- B Considere que a mãe de determinado menor deseje declarar a concordância com a modificação da guarda daquele, a ser deferida à progenitora. Nesse caso, o ato de declaração não poderá ser levado a efeito por intermédio de escritura pública.
- C O documento que tenha sido autenticado por juízo monocrático poderá receber novamente aquela chancela, por serventia competente, desde que regularmente recolhidas as custas próprias do ato.
- D O ato de reconhecimento de firma em instrumentos que visem à transmissão de propriedade somente será levado a efeito por semelhança, com a obrigatória presença do signatário, ato esse de competência exclusiva do tabelião ou de preposto previamente autorizado.

QUESTÃO 80

Acerca das normas específicas para os serviços notariais e de registros, assinale a opção correta.

- A Se determinada cártula de cheque for emitida em moeda estrangeira, em razão de contrato de compra e venda levado a efeito no exterior, não poderá esse título de crédito ser protestado no Brasil.
- B É expressamente vedado ao cidadão português a aquisição de propriedade rural, mesmo que demonstre a titularidade de direitos civis em igualdade de condições com os brasileiros.
- C O Instituto Nacional do Seguro Social deverá ser informado, pelas serventias, acerca da quantidade de registros de óbitos levados a efeito no mês anterior, até o décimo quinto dia de cada mês.
- D Não será lavrado assento de nascimento desacompanhado do instrumento de Declaração de Nascido Vivo, o qual será emitido por maternidade ou estabelecimento hospitalar competente.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Concurso Público – Aplicação: 30/1/2005

**Ingresso na Titularidade dos Serviços Notariais e de Registro do Foro
Extrajudicial do Estado de Mato Grosso**

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS DA PROVA OBJETIVA

O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB) divulga os gabaritos oficiais definitivos da prova objetiva aplicada no dia 30 de janeiro de 2005.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	D	A	B	B	D	D	C	D	A	B	D	D	C	B	A	B	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	A	D	A	B	C	D	B	+	B	A	C	A	B	C	D	D	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
B	A	B	A	C	D	B	A	D	B	C	B	C	D	A	D	A	+	A	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	D	C	+	B	B	A	B	C	D	+	B	A	B	+	D	A	B	C	D

Observação: + ITEM ANULADO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Concurso Público

Ingresso na Titularidade dos Serviços Notariais e de Registro do Foro Extrajudicial do Estado de Mato Grosso

CADERNO DE PROVA DISSERTATIVA



TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **duas** questões e uma proposta de lavratura de um Ato Notarial ou de Registro, correspondentes à prova dissertativa, acompanhadas de espaços para rascunho.
- 2 O rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Será admitida a consulta apenas a código e textos legais, desde que não comentados ou anotados e isentos de acórdãos ou remissão à jurisprudência, entendimentos doutrinários ou súmulas e enunciados.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 A duração da prova é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para as respectivas folhas de textos definitivos.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos completo e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **31/1/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br e www.tj.mt.gov.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **1.º a 4 e 9/2/2005** — Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **1.º/3/2005** — Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova dissertativa: Diário da Justiça do Estado de Mato Grosso e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 17 do Edital n.º 21/2004 — TJMT/ING.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISSERTATIVA

- Nas questões a seguir — que valem **trinta** pontos cada uma — e na lavratura do Ato Notarial ou de Registro — que vale **quarenta** pontos —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS** da prova dissertativa, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos.
- Obedeça aos limites de extensão máxima determinados. Em cada questão da prova dissertativa, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado. No ato Notarial ou de Registro, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **noventa** linhas será desconsiderado.
- Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de **TEXTO DEFINITIVO** correspondentes.

ATENÇÃO! No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

No Brasil, mais de 800 mil meninas e meninos não são registrados no primeiro ano de vida. O direito a um nome e à nacionalidade são o primeiro direito da criança. Portanto, além de uma violação de um direito fundamental, a falta de registro dificulta o acesso de meninas e meninos a serviços de saúde e a educação infantil, além de comprometer o planejamento de políticas públicas, como o cálculo das doses de vacinas.

Desde 1997, existe uma lei federal que obriga os cartórios a fazer o registro civil e emitir, sem qualquer ônus para o solicitante, a primeira via da certidão de nascimento. Porém, em alguns lugares, a lei ainda não é cumprida. Por isso, o UNICEF sensibiliza a população, a mídia, os juízes e os cartórios acerca da importância da emissão gratuita desse documento.

Uma forma de se garantir o registro das crianças logo após o nascimento é possibilitar a sua realização nas próprias maternidades. Com esse objetivo, o UNICEF mobiliza a rede hospitalar e o poder judiciário local para que serviços de registro de crianças estejam disponíveis em todas as maternidades de forma regular e permanente.

Internet: < <http://www.unicef.org/brazil/registrocivil.htm> > (com adaptações).

Considerando que o texto apresentado acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo abordando os seguintes aspectos:

- ▶ registro de nascimento;
- ▶ gratuidade;
- ▶ indicação da paternidade no assento: pais casados/não-casados entre si;
- ▶ reconhecimento voluntário ou judicial da paternidade posteriores ao registro;
- ▶ averiguação oficiosa de paternidade.

Em seu texto, seja o mais abrangente possível, procure alcançar todas as hipóteses contidas nos pontos indicados e apresente os necessários fundamentos jurídicos e legais das soluções indicadas.

(valor: 30,0 pontos)

RASCUNHO – QUESTÃO 1 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 1 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Jorge, funcionário público, e Dulce, advogada, casaram-se pelo regime de comunhão universal de bens após o advento da Lei n.º 6.515/1976 e não tiveram filhos. No registro de imóveis local, consta que Jorge é proprietário de 6 apartamentos iguais, adquiridos quando ele era solteiro, sendo que o casal reside em um desses imóveis. Jorge, com a intenção de proteger esses imóveis de problemas com dívidas futuras, compareceu a um tabelionato de notas para requerer a lavratura de ato notarial, que, no seu entender, poderia ser feita de uma das seguintes maneiras:

- a) considerando que, no registro de imóveis, consta como solteiro o seu estado civil, então ele, na qualidade de solteiro, outorga sozinho escritura de doação para Dulce, gravando os bens com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade;
- b) Jorge e Dulce, como casados, outorgam-se uma escritura pública de imposição de cláusulas, na qual impõem cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade aos imóveis, para posterior averbação na matrícula desses bens, na forma do art. 167, II, 11, da Lei n.º 6.015/1973.

Considerando as atribuições do tabelião de notas, responda cada um dos questionamentos abaixo, embasando suas respostas com os necessários fundamentos jurídicos e legais.

- ▶ O tabelião obriga-se a lavrar o ato da maneira requerida pela parte que comparece à sua serventia?
- ▶ O tabelião deve lavrar a escritura da primeira maneira sugerida por Jorge?
- ▶ O tabelião deve lavrar a escritura da segunda maneira sugerida por Jorge?
- ▶ Se as respostas anteriores forem negativas, qual seria a orientação adequada e legal para atender a pretensão de Jorge?

(valor: 30,0 pontos)

RASCUNHO – QUESTÃO 2 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 2 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

ATO NOTARIAL OU DE REGISTRO

João, brasileiro, professor, solteiro, é proprietário de um apartamento situado em um município mato-grossense, devidamente matriculado no registro de imóveis local. O imóvel encontra-se hipotecado em garantia de um empréstimo pessoal. Para vendê-lo, João nomeia como procurador seu primo Pedro, brasileiro, advogado e casado com Ana Maria.

No cumprimento de seu mandato, Pedro acerta a venda do bem a Alberto, solteiro, pelo valor de R\$ 100.000,00, a ser pago da seguinte forma: R\$ 50.000,00 em dinheiro, no momento da outorga da escritura, e R\$ 50.000,00 no prazo de 90 dias. Por exigência de Pedro, ficou estabelecido que o não-pagamento da segunda parcela no prazo estipulado ensejaria o desfazimento do contrato de pleno direito, devendo, nesse caso, ser restituído apenas um quarto do valor pago na primeira parcela.

O tabelião atende o procurador e o adquirente, que comparecem ao tabelionato de notas para requerer a lavratura da escritura nas condições estabelecidas.

Com base na situação hipotética exposta e na qualidade de tabelião que atende Pedro e Alberto, lavre o ato notarial pertinente. As informações que necessitem constar do documento, mas que não fizeram parte do enunciado, devem ser livremente criadas por você, desde que não o identifiquem.

(valor: 40,0 pontos)

RASCUNHO – ATO NOTARIAL OU DE REGISTRO – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – ATO NOTARIAL OU DE REGISTRO – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – ATO NOTARIAL OU DE REGISTRO – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

